



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640293 - GO (2021/0014425-0)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : NATHANY SANCHES BATISTA  
**ADVOGADO** : NATHANY SANCHES BATISTA - GO033829  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : CAIRO HENRIQUE MOURA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAIRO HENRIQUE MOURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 2002823-78.2021.8.26.0000).

Foi decretada a prisão preventiva do paciente, ainda na fase do inquérito, por prática de furtos qualificados (arrombamento).

Sustenta a impetrante que não estão demonstrados os requisitos do art. 312 do CPP e que o paciente é portador de bons predicados pessoais, o que denota a desnecessidade do encarceramento cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

**2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.**

**3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe**

17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a sua convicção, nos seguintes termos (fl. 71):

Restrito ao pedido liminar, tenho que, para a concessão do livramento sumário perseguido no remédio heroico, como ocorre nas postulações emergenciais, os argumentos e as pretensões deduzidas devem guardar aferição imediata de veracidade.

Em análise perfunctória de cognição, sem prejuízo de futura reformulação, não vislumbro presentes os elementos necessários para o acolhimento do pleito in limine litis.

Ademais porque, na peça exordial, o paciente admite que é usuário de entorpecentes(fl.03) e, tal vertente, fomenta o crime de furto, justamente para financiar o vício e, portanto, seria presumível o risco à ordem pública, o que impõe, antes da análise do pedido impetrado, a oitiva da Procuradoria de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência